

DO EXÍLIO AO EXÍLIO: ALEXANDRE HERCULANO NO LIBERALISMO PORTUGUÊS

*Carlos Eduardo da Cruz*¹

A ciência, que por sua natureza devia mudar completamente na essência, e na forma, com essa transformação, era a história. Até nossa época ela foi exclusivamente a ciência dos fatos especiais e do individualismo: hoje a sua tendência é esquecer os indivíduos para contemplar as sociedades, na sua vida composta de milhões de vidas. E ainda nós, caminheiros do progresso, fazemos só metade da peregrinação, antes de nos irmos a repousar na terra: a história das sociedades não é mais do que a passagem para a verdadeira história - a do gênero humano.
(A. Herculano – *RUL* de 28/10/1841)²

Quando alguém se debruça sobre o período liberal em Portugal, fica aturdido com as transformações sociais que ocorriam, as ideias que fervilhavam, as revoltas e contra-revoltas que se sucediam em pouco tempo e também fica um pouco confuso com a postura de certas figuras daquela época, que uma hora parecem inclinar-se para um lado, para pouco depois assumir posição diversa. Afinal, a primeira metade do século XIX em Portugal foi profusa em revoltas, revoluções, golpes e pronunciamentos, numa constante batalha entre a sociedade antiga, absolutista, e a liberal, constitucional, na qual também concorriam doutrinas e ideias diversas sobre qual seria a melhor forma de liberdade para o país.

Talvez aí esteja a grandeza desse período. Havia uma estrutura social que servia ao absolutismo, ao “Portugal Velho”, para ser destruída, e uma nova estrutura que deveria ser construída, tanto política, quanto econômica e culturalmente. Entretanto, o novo país que deveria surgir desse período não era claro e muito menos unânime, pois uns eram mais moderados e outros mais radicais. Cada grupo lutava por sua forma de liberalismo e criticava as ideias com que não concordavam, tanto no parlamento, quanto na imprensa e na arte, mas também com a força das armas.

¹ Mestre em Ciência da Literatura (UFRJ). Doutorando em Estudos de Literatura (UFF)

² Optou-se por uniformizar a ortografia dos textos citados.

Dentre os que defendiam seus modelos e atacavam os demais, algumas figuras tomaram relevo pela forma como se posicionavam nesse meio, politicamente, intelectualmente e moralmente. Assim, pode-se destacar o papel de Alexandre Herculano de Carvalho e Araújo (1810-1877). Romancista, poeta, historiador, polemista e político, entre outras atividades e obras, sua opinião tornou-se respeitada e procurada por diferentes pessoas e grupos, mesmo os que não concordavam com sua visão política. Por isso, espera-se aqui exibir um panorama da alteração política e social em Portugal e o caminho tomado por Alexandre Herculano em meio a tudo isso, como contribuição para o estudo de sua obra.

I – O Crente Liberal

Alexandre Herculano nasceu em Lisboa em 28 de março de 1810, num período conturbado, o das invasões francesas e da vinda da família real para o Brasil. Talvez por isso, a atuação política de Herculano começa com a prática revolucionária. Com o fortalecimento de um governo de regência liberal nos Açores, D. Miguel cria regimentos chamados Ordenanças, um tipo de milícia fardada sem soldo. Herculano é nomeado tenente de um desses regimentos de trabalho gratuito e forçado. Com o acirramento da repressão contra os liberais, o Regimento de Infantaria número 4 pronuncia-se contra o absolutismo e marcha até o Rossio dando vivas à Carta e à D. Maria II. Como o movimento foi prontamente desbaratado por forças absolutistas, Alexandre Herculano teve que se esconder e, a seguir, fugir para o exílio, primeiramente na Inglaterra e depois na França, como conta Teófilo Braga:

Às 9 horas da noite de 21 de Agosto de 1831, revoltou-se o regimento de infantaria n.º 4, aquartelado no Campo de Ourique, desfilando pelas ruas da cidade de Lisboa, ao som de musicas marciais e gritando: Viva a Carta constitucional! Viva D. Pedro IV e D. Maria II. Herculano morava então em uma casa próximo do Largo do Rato, [...] e saiu para ver a passagem do regimento de infantaria n.º 4; foi correndo as ruas da cidade; ao chegarem ao Rossio, pela uma hora da madrugada, o regimento foi atacado por outras forças absolutistas que saíram para abafar o movimento, resultando mortes e prisões numerosas. Herculano conseguiu evadir-se, indo bater à porta do antigo amigo de Bocage, Francisco de Paula Cardoso, também poeta de gosto arcádico e conhecido na literatura do primeiro quartel d'este século pelo nome de Morgado de Assentiz; morava ele em uma casa contígua ao chafariz da Mãe-d'Água, à Praça da Alegria. Em casa de Assentiz também se escondera n'essa noite o liberal Galhardo, com quem Herculano tivera o conflito na feira das Amoreiras. Ali ficaram ambos escondidos, até poderem transportar-se para bordo da esquadra

francesa do almirante Roussin, que tinha o Tejo bloqueado em virtude de uma reclamação do Governo francês. [...] Foi a bordo da fragata *Melpomene*, que Alexandre Herculano se refugiou do partido que servira e com quem se achava em casual hostilidade. De bordo da *Melpomene*, [...] passou Herculano para um paquete inglês [...] desembarcou em Plymouth, vindo depois para Jérsia arribando a Granvila; esta peripécia da sua vida tratou-a ele em um pequeno escrito das *Lendas e Narrativas*; de Granvila transportou-se a Rennes, onde se demorou até 1832 em que tomou parte na expedição de Belle-Isle, que se dirigia para a Ilha Terceira, onde era o foco da resistência dos liberais. (BRAGA, s.d., pgs. 178-179)

Vale ressaltar que Teófilo Braga acusava Herculano de absolutista, de ter escrito poemas dedicados a D. Miguel e de ir ao Paço declamá-los. Se os fez, não ficaram para a posteridade. Dos escritos da juventude, Herculano diz, numa nota ao poema “A Semana Santa”, que atirou ao fogo alguns por não serem bons³. Teriam sido os tais poemas absolutistas? É de estranhar que uma vez os tivesse feito, afinal, no longo poema “A Semana Sancta”, escrito em 1829 e publicado na *Harpa do Crente* em 1838, ele escreve:

Eu não!—eu rujo escravo; eu creio e espero
No Deus das almas generosas, puras,
E os **déspotas maldigo**.—Entendimento
Bronco, lançado em século fundido
Na servidão de goso ataviada,
Creio que Deus é Deus e os homens livres!
(HERCULANO, *Poesias*, s.d. pg.8 – grifos nossos)

Não parece combinar com o pensamento de um “corcunda” absolutista achar que os homens são livres e maldizer os déspotas. Também, se fosse um miguelista com poemas declamados ao rei, não teria porque se refugiar e se exilar, pois tal ideia não lhe passaria pela cabeça.

Então, após seu envolvimento no pronunciamento do 4 de Infantaria, Herculano é obrigado a seguir a nova leva de exilados. No exílio ele pôde ter maior contato não apenas com os liberais portugueses e suas ideias políticas, mas também com a literatura que se fazia no Reino Unido e na França, nomeadamente os romances históricos criados por Sir Walter Scott. Além disso, esse período de exílio foi fonte de

³ “Eis o poema da minha mocidade: são os unicos versos que conservo desse tempo, em que nada neste mundo deixava para mim de respirar poesia. [...] Porque, pois, não acompanharam estes versos os outros da primeira mocidade no caminho da fogueira? Porque público um poema falho na mesmíssima essência da sua concepção? Porque tenho a consciência de que há aí poesia; e porque não há poeta, que, tendo essa consciência, consinta de bom grado em deixar nas trevas o fruto das suas vigílias” (HERCULANO, 1838, pgs.31-32)

inspiração para uma série de escritos em que o sofrimento do desterro é latente, como se pode perceber por esse pequeno trecho do poema “Tristezas do Desterro”:

Terra cara da pátria, eu te hei saudado
D'entre as dores do exílio. Pelas ondas
Do irrequieto mar mandei-te o choro
Da saudade longínqua.
(HERCULANO, *Poesias*, s.d. pg. 122)

Esse período em Inglaterra deve ter feito crescer sua aversão pelos ingleses, que são duramente criticados na narrativa autobiográfica “De Jersey a Granville”, na qual conta a travessia do Canal da Mancha para se juntar aos exilados portugueses na França antes de seguir para a Ilha Terceira. Se, nesse relato, o mau tempo na travessia era preocupante, ele se torna tema do poema “A Tempestade”, datado de março de 1832, inspirado na tormenta que acompanhou os liberais na expedição de fevereiro até os Açores. Aliás, todo esse período de exílio, e da guerra civil que se lhe seguiu, parece ter dominado sua mente e sua harpa de poeta, como é possível notar inclusive por alguns títulos de seus poemas: “O Soldado”; “A Victoria e a Piedade”; “Tristezas do Desterro”; “A Volta do Proscrito”. Esse período também serviria de tema a um livro autobiográfico que ficou por terminar, o “Scenas de um anno de minha vida”, editado postumamente por Vitorino Nemésio. Talvez por perceber que não conseguiria terminá-lo, juntou “De Jersey a Granville” à coletânea *Lendas e Narrativas* (1851). Há, nesta obra, várias passagens interessantes narrando os primeiros tempos no Minho após o desembarque no Mindelo, nas ações de reconhecimento da cidade de Braga, de Valongo e Ponte Ferreira.

A primeira coletânea de poemas de Herculano foi publicada com o título de *Harpa do Crente* em 1838, mas esses textos refletem em certa medida suas perspectivas no período da Guerra Civil e início do governo liberal. O crente cuja harpa louva o Eterno à meia-noite nas horas de silêncio, como ele começa o poema “Deus”, não fala apenas de religião. A harpa que canta o cristianismo é a mesma harpa que diz “Eu nunca fiz soar meus pobres cantos/Nos paços dos senhores!” que vai a seguir pedir que não odeiem os vencidos da guerra fratricida e dizer que não é preciso cantar a triste vitória, pois seus nomes estão na História. Afinal, para Herculano, o cristianismo puro é o verdadeiro liberalismo, é a moral que levará Portugal a ser grande novamente, não com igualdade, mas com liberdade e união. A guerra contra o despotismo foi vencida, é hora

de esquecer os ódios antigos e crer no “solo libertado” (HERCULANO, *Poesias*, s.d., pg. 96).

A Guerra Civil entre os constitucionais liderados por D. Pedro e as forças absolutistas comandadas por D. Miguel I teve seu início quando a armada liberal conquistou o arquipélago dos Açores e avançou para o continente desembarcando no Mindelo para tomar a cidade do Porto. Do governo de regência de D. Pedro é importante destacar a figura de Mouzinho da Silveira, que formulou as mudanças necessárias para desestabilizar as bases do Portugal Velho (absolutista). Seus decretos deveriam criar condições econômicas que fortalecessem a liberdade política: a supressão dos morgadios, fim dos dízimos, abolição das prestações senhoriais e término da cobrança de portagem e da circulação de bens pelo país. Além disso, também centralizou o poder com as bases das instituições liberais. Outra figura importante da regência é a de Joaquim António de Aguiar, conhecido pelo apelido de “Mata-Frades”, cujo decreto de maio de 1834 declarava extintos todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios, e quaisquer outras casas das ordens religiosas regulares, sendo os seus bens secularizados e incorporados à Fazenda Nacional, numa visível atitude inspirada na Revolução Francesa. Esses dois ministros de D. Pedro pretendiam assim acabar com duas fortes bases do absolutismo em Portugal, a nobreza e o clero.

Herculano fora um dos “Voluntários da Rainha” no regimento que tomou o Porto e fora dispensado por D. Pedro em fevereiro de 1833, para trabalhar de bibliotecário na nova Biblioteca Pública do Porto, da qual se tornou segundo bibliotecário em julho daquele ano, organizando o material que pertencia ao Paço Episcopal daquela cidade. Após a guerra, publicou alguns artigos no *Repositório Literário do Porto*: “Qual é o estado da nossa Literatura? Qual é o trilho que ela hoje tem a seguir?” (1834) e “Poesia: Imitação – Belo – Unidade” (1835).

No primeiro, realça a “dolorosa confissão da decadência em que se acha em Portugal a poesia e a eloquência” (HERCULANO, *Opúsculos IX*, s.d., pg. 3) e aponta as mudanças que estão ocorrendo com a “poesia mais liberal”, após o surgimento de *D. Branca e Camões*, de Garrett. Assim, defende a criação de um curso universitário sobre Literatura, que deveria criar um quadro de opiniões para avaliar a poesia de todas as épocas no seu contexto e determinar a essência da futura poesia portuguesa.

No segundo, realça a necessidade de despertar a literatura portuguesa nessa época de transição de ideias para que Portugal procure saltar intelectualmente para emparelhar com outras nações da Europa. Além disso, explica o que é a arte moderna

(romântica), a partir da diferente visão sobre o princípio da unidade em relação com o modelo aristotélico, e como a poesia romântica é a que representa a liberdade do poeta. “Na poesia há essência e formas: estas devem convir àquela, ou diremos melhor, delas devem partir” (HERCULANO, *Opúsculos IX*, s.d., pg. 26). Assim, mostra a diferença entre a poesia nova e a inspirada nos clássicos, presa a regras formais. Numa época em que a luta pela liberdade é o foco das discussões e gera revoluções apaixonadas, a Literatura não deve se prender a modelos pré-estabelecidos, mas servir à essência do pensamento.

II – O Profeta Cartista

A regência de D. Pedro não durou muito. Porém, mesmo após sua morte, em 1834, seu grupo político continuou governando Portugal. O país passava por uma grave crise econômica e a venda dos chamados “bens nacionais”, o que fora nacionalizado dos miguelistas e da igreja, não saía como previsto e não ajudava a economia portuguesa, antes, formava uma nova classe de grandes proprietários. No segundo semestre de 1836, a oposição ao governo, incluindo aí José Estevão, os irmãos Passos (Manuel e José) e Costa Cabral, era veemente em cobrar mudanças no governo. Realizaram-se novas eleições, ou, mais uma vez nas palavras de Oliveira Martins, “o Governo fez as eleições, que foram como todas; e como sempre, *venceu*” (pg. 62). Mas no Porto ganhou a oposição e seus deputados chegaram aclamados em Lisboa, dando “morras à CARTA e ao Governo, vivas à Constituição de 1820 (ou 22) e à revolução” (pg. 62). Esses deputados eram chefiados pelos irmãos Passos, que pertenciam à burguesia do norte do reino, com poucas terras mas muitos bens móveis. Era a Revolução de Setembro!

Oliveira Martins chama Passos Manuel de ditador por “outorgar” seu modelo de liberdade, reclamar da imprensa e se cansar de assinar demissões. Afinal, era a vez de outro grupo assumir o governo e por em prática um novo modelo de liberalismo. Ele era o novo Ministro do Reino e entre as primeiras medidas dessa administração estava o restabelecimento da Constituição de 1822 e a obrigatoriedade para os funcionários públicos, de jurar o texto vintista, além de uma reforma no serviço público (SILVA, 1998, pg. 87).

Herculano, que lutou pela Carta na Guerra Civil, exalta-se contra sua supressão e contra uma revolta popular incentivada por grupos que apenas usam o povo como massa de manobra para seus próprios interesses. Publica um panfleto anti-

revolucionário, *A Voz do Profeta* - inspirado em *Paroles d'un croyant*, de Lamennais -, que lhe dá visibilidade nacional, além de dar identidade ao grupo cartista, a partir de uma oposição ao que é ser setembrista.

Nesse texto, tal como um profeta que vê o futuro da nação após a Revolução de Setembro, Herculano vai mostrar todo o perigo de se exaltar o povo contra a Carta. Para ele, a revolução iria quebrar todos os laços sociais existentes, o que seria danoso para a nação, pelo perigo que é o povo:

O povo tinha a liberdade e quis a licença; tinha a justiça e quis a iniquidade: o povo perecerá.

[...]

Para as turbas o cheiro de sangue é perfume suave; o roubo gloriosa conquista.

[...]

Por que a plebe desenfreada é como o fantasma do crime, como o espectro da morte, como o grito do extermínio.

(HERCULANO, *Opúsculos I*, s. d., pg. 33)

A sequência de acontecimentos previstos por ele era a volta da tirania. Para ele, o povo tinha liberdade, mas queria licença. “Se a força, e não a moral, é a lei popular, quando os tiranos tiverem mais força, legitimamente podem por no colo do povo um jugo de ferro” (pg. 45). Para que a sociedade cresça é necessária a concórdia baseada na moral. Se alguém incentiva o fanatismo das turbas, acabará derrubado por elas, pois não haverá como controlar o que se incentiva que seja desenfreado. Ele lembra que o povo inculto português tende à credulidade fanática da religião e diz que “a religião que tem por fundamento a humanidade e a abnegação de si é a religião dos servos” (pg.53). Por isso os portugueses foram servos do absolutismo por tanto tempo, segundo ele. Existir como membro da turba revoltosa é abnegar-se pelo movimento das massas, é abrir mão da individualidade e deixar-se levar por quem tem mais força. Assim, levando à destruição da nação portuguesa, a revolução popular acabaria com a verdadeira religião, que é a da Liberdade, aniquilaria quem incentivou a revolta, arruinaria a nobreza, os vínculos sociais da família e da cidade, e destruiria a aldeia, “o último abrigo da felicidade neste mal-aventurado país” (pg. 64). Também seria o fim do parlamento e do regime representativo, ou seja, a volta à tirania contra o qual tantos lutaram e morreram. Finalizando, recomenda à rainha que não se junte aos revoltosos e pede a união de todos pelo bem da pátria, sem divisões em grupos com interesses próprios. Somente assim seria possível voltar a ter a glória que tinha no passado e manter-se entre as grandes

nações da Europa, sem ser mais uma vez anexado à Espanha ou ter que se vender aos estrangeiros.

Contudo, este grande temor que o assolou em 1836 não tinha tanto peso em 1867 quando reeditou e comentou *A Voz do Profeta*. Assumiu que o que escrevera trinta anos antes fora fruto de cólera política, porque naquela época a política derivava de crenças e assumir-se como absolutista ou liberal era como ser devoto de uma religião e realmente crer que o pensamento que se segue é o ideal para a nação e não mesquinaria de poucos indivíduos.

Apesar desse descrédito na política que ele possui em 1867, é interessante colher suas impressões sobre os dois grupos liberais que então se digladiavam, os cartistas e os setembristas:

A meu ver, a distinção profunda e precisa entre o cartismo e o setembrismo consistia em negar o primeiro o princípio da revolução, dentro das instituições representativas livre e solenemente adotadas ou aceites pelo País, e sua índole. Mas representava até certo ponto em afirmá-lo o segundo. Tudo o mais em ambos os campos era flutuante e vago. (HERCULANO, *Opúsculos I*, s. d., pg. 18).

Era por essa visão apaixonada pela liberdade conquistada com a Carta e seu sistema representativo que ele não podia admitir servir ao governo setembrista. Por isso, escreveu a Passos Manuel em outubro de 1836. Pede então, com ironia, a quem “no alto cargo em que o colocou o voto unânime da Nação e a livre escolha de S. M. a Rainha” (HERCULANO, *Cartas I*, s. d., pg. 183) a “honra da demissão”.

Apesar dos ataques de Herculano e da imprensa, o governo setembrista colocou em ação um novo modo de venda dos bens nacionais, intensificou o combate contra os bandos de salteadores e pôs em curso um novo plano cultural e educacional, com a reforma e criação de unidades de ensino, distribuição das obras das livrarias dos conventos extintos por essas instituições, recuperação de obras de artes distribuindo-as por museus e igrejas, além do tombamento de imóveis com interesse monumental, artístico ou histórico, destinando-os a museus, instituições culturais ou de utilidade pública. (SILVA, 1998, pg. 87). Também começa a haver uma política pública para o teatro. Almeida Garrett fica responsável pelo teatro nacional, tanto na formação de atores quanto na criação de um repertório nacional, além da construção de um novo teatro. Para isso, cria o Conservatório, que deveria incentivar, subsidiar e julgar peças de teatro portuguesas. Tudo isso coordenado pela Inspeção Geral dos Teatros e

Espectáculos Nacionais, dirigida pelo próprio Garrett. A Revolução de Setembro alegava que para o povo ser livre era preciso educá-lo, por isso essa guinada cultural e educacional. Seguindo o pensamento da época, com livros, imprensa periódica e com teatro seria possível educar a população para a liberdade.

Contudo, o governo setembrista não estava seguro. Até mesmo a rainha tentou um golpe para derrubar Passos Manuel. Era preciso uma conciliação. Em meio a essas tentativas de revolta, as Cortes redigiam uma nova constituição, que deveria unir cartistas e setembristas, por ser um compromisso entre a Carta de 1826 e a Constituição de 1822. O resultado foi a Constituição de 1838, jurada por todos, mas que na prática não agradava nem os setembristas radicais nem os cartistas ortodoxos, tornando-se mais um motivo de discórdia (SILVA, 1998, pg.89).

Um grupo, “de centro”, conciliador, passa a defender essa constituição. Os “ordeiros”, moderados, defendiam a união das facções para repor a ordem ao país. Defendia os ordeiros o próprio Almeida Garrett. Herculano apoiava o governo e a nova constituição:

Vencido na guerra civil, desautorizado e moralmente enfraquecido, o cartismo viu triunfar em grande parte as suas ideias na contextura da Constituição de 1838, votada por umas Constituintes onde os vencidos estavam representados por insignificante minoria. Era a condenação solene da revolução, lavrada por um parlamento eleito debaixo da influência dela.[...] A Constituição de 1838 era um campo neutro onde todos se podiam encontrar pacificamente e procurar, sem sair da legalidade, o predomínio das respectivas opiniões. (HERCULANO, *Opúsculos I*, s.d., pgs. 27-28).

O problema de Portugal não era apenas a constituição, ou pelo menos não seria sanado com a mudança na representatividade nas Cortes. O que realmente importava era a economia, ainda em situação temerária. Por isso os descontentamentos prosseguiram. A situação agravou-se porque a Inglaterra cobrou uma dívida de soldos atrasados. Assim, pode-se dizer que o setembrismo acabou pela ruína do país e pela pressão econômica inglesa. Os reflexos dessa pressão foram uma constante em Portugal por muitas décadas, mesmo depois disso. A ação comercial inglesa e a forma como eles manipulavam o governo para obter vantagens sobre os produtores portugueses chegou a ser retratada por Herculano em seu romance histórico *O Monge de Cister* (1841-1848).

Esse é um período fértil para Alexandre Herculano. Depois de ser demitido do cargo na Biblioteca Pública do Porto, é convidado a ser o redator do semanário *O Panorama: jornal litterario e instructivo da Sociedade Propagadora dos*

Conhecimentos Uteis, cargo que exerce de 1837 a julho de 1839, ao qual retorna em 1843 até seu primeiro encerramento em dezembro de 1844. É nessa revista que ele vai publicar muitos de seus textos políticos, literários e historiográficos, incendiando algumas polêmicas. Nessa revista contribuiria com diversos artigos, narrativas e traduções, nem sempre assinados.

Em 1838 acumula a responsabilidade da redação do *Diário do Governo*, entre janeiro e maio. Apesar da insistência em dizer que o redator do *Diário* tem independência política em relação ao governo, seus artigos são uma defesa dos atos governamentais, demonstrando, então, que compactuava com os ordeiros.

É nesse período também, em 1838, que ele vai reunir suas poesias para publicá-las sob o nome de *A Harpa do Crente*. Nesse mesmo ano, apoiando António Feliciano de Castilho na tentativa de criação de um teatro nacional, num esforço para que a subvenção do estado caísse sobre a companhia teatral portuguesa instalada no Teatro do Salitre, escreve o drama *O Fronteiro d'África ou três noites aziagas*, que conhece quinze apresentações, mas não é publicado em Portugal⁴. Também adapta do francês a peça *O Tinteiro Não É Caçarola*, a partir de *Le Sécretaire et le Cuisinier*, de Scribe e Mélesville.

É Herculano o primeiro português a publicar romance histórico, nas páginas do *Panorama*, começando com o pouco conhecido e não assinado “O Emprazado (1312)”, no dia 24 de outubro de 1837, seguido por outras narrativas: “O Castelo de Faria”, em 24 de março de 1838; “A Destruição de Áuria (Século VIII)”⁵, publicado de 14 de julho a 4 de agosto de 1838; “O Mestre Assassinado – Crônica dos Templários (1320)”, entre 11 de agosto e 22 de setembro de 1838; “Mestre Gil – Crônica do Século XV”, de 10 de novembro a 22 de dezembro de 1838; “Três Meses em Calecut – Primeira Crônica dos Estados da Índia (1498)”, entre 5 e 26 de janeiro de 1839; “A Abóbada (1401)”, entre 16 de março e 13 de abril de 1839; “A Morte do Lidador (1170)”, em 8 e 15 de junho de 1839; “O Cronista – Viver e Crer de Outro Tempo (1535)”, em 21 e 28 de setembro de 1839, de onde extraiu “O Bispo Negro”; “Arras por Foro de Espanha (1371-2)”, começa em 6 de novembro de 1841 e é concluída em 12 de fevereiro de 1842. Como ele dizia na

⁴ A edição mais conhecida é a de 1862, impressa no Rio de Janeiro pela Typographia Economica de J. Fontes, mas também há a edição de 1846, impressa em Pernambuco pela Typographia de Santos e Companhia, e uma edição, também do Rio de Janeiro, impressa pela Revista de Língua Portuguesa em 1925.

⁵ O conto “Destruição de Áuria” foi publicado sem assinatura do autor. Em 1970, Vitorino Nemésio o incluiu em sua edição das *Lendas e Narrativas* de Herculano, mas foi comprovada sua autoria apenas em 1973, pela professora Ofélia Milheiro Caldas Paiva Monteiro, no artigo “Um conto desconhecido de Herculano: ‘Destruição de Áuria’”.

advertência à primeira edição das *Lendas e Narrativas*, em 1851, essas “primeiras tentativas do romance histórico que se fizeram na língua portuguesa” (pg. 1) “foram a sementinha donde proveio a floresta” (HERCULANO, 1970, vol. 1, pg.4).

Em 1839 ele consegue que o rei o contrate como diretor das bibliotecas da Ajuda e das Necessidades, com uma remuneração razoável e tempo para se dedicar aos estudos e à composição literária. Apesar da possibilidade de viver recluso, Herculano se faz eleger deputado pelo Porto nas eleições de 1840. Todavia, não se considerou ligado à maioria cartista com a qual fora eleito, ficando no centro, entre os ordeiros. No parlamento, combateu pela liberdade de imprensa e pela educação popular. Era claro para ele, assim como para outros intelectuais, que para se exercer a liberdade era necessário que o povo fosse educado e a imprensa era um órgão destinado a defender a liberdade e a educar os cidadãos.

Além desses assuntos, examinando seus opúsculos recolhidos em volume, percebem-se outros temas que chamavam a atenção de Herculano nesse período. À História e à Literatura dedicou vários textos, publicados no *Panorama*. Entre 1839 e 1840, também publicou opúsculos sobre antigos historiadores portugueses. Além dos dois textos sobre literatura publicados no Porto em 1834 e 1835, há, também no *Panorama*, uns poucos artigos sobre a História da Literatura Portuguesa, com estudos sobre as origens do teatro moderno, tanto o português quanto o espanhol, e sobre as novelas de cavalaria portuguesas. Esses textos serviriam de base para o desenvolvimento de novos estudos históricos e produções literárias em Portugal.

Entretanto, a esperança da “ordem” durara pouco (de 1839 a 1842) tentando salvar a liberdade individual pela condenação da democracia e apoiando-se na tradição. A luta que viria a seguir seria mais pesada.

III – O Romancista Histórico

No pronunciamento de janeiro de 1842, no Porto, Costa Cabral deu um golpe militar e restaurou a Carta de 1826. A rainha apoia a mudança e, nas Cortes de julho de 1842, defende também o restabelecimento do texto de 26. Contra um governo poderoso e opressor, a oposição une-se: setembristas, miguelistas e os cartistas que defendiam a ordem de 1838 unem-se contra o governo cabralista. Essa união de forças politicamente e ideologicamente antagônicas, apesar de, na teoria, fortalecer a oposição, dava motivos

ao governo para evocar a questão dinástica com os miguelistas para justificar a perseguição aos opositoristas.

É fácil compreender o que levou os grupos liberais de oposição a unirem-se contra a administração de Costa Cabral. Afinal, seu governo opressor da liberdade política e de opinião - censurando e fechando vários órgãos da imprensa periódica e usando a censura prévia às peças a serem apresentadas, de forma a coibir manifestações políticas - é exatamente o oposto daquilo por que os liberais tinham lutado quando derrubaram a monarquia absoluta para implantar uma representativa. O ideal da liberdade estava em jogo e, apesar das divergências sobre como ela deveria ser exercida, todos concordavam que era o bem maior conquistado na guerra civil. A razão da união com os miguelistas é mais complicada, pois esses apenas reclamavam a legitimidade da rainha em assumir o trono. Entretanto, a forte repressão cabralista contra eles e seus órgãos de opinião era motivo suficiente para quererem sua destituição. Os tempos não eram agradáveis. Apesar da restauração da Carta, defendida por Herculano em 1836, este acreditava no acordo da Constituição de 1838, que representaria a voz e os desejos do país. Por isso, dizia, na primeira das “Cartas sobre a História de Portugal”, em abril de 1842:

As recordações da terra da pátria não são, porém, mais que as memórias de uma numerosa família. Há muito que para elas voltei minhas predileções. E não sei, até, quem possa deixar de o fazer em tempos como os que ora correm. [...] Quem, vendo diante de si desfolharem-se uma a uma todas as esperanças, se não retrai do presente, e não vai pelo campo santo dos séculos buscar e colher saudades de consolação? (HERCULANO, *Opúsculos V*, s.d., pgs. 35-36)

Apesar da repressão, o rigoroso inverno de 1844-45, aliado a outros problemas agrícolas leva a uma crise de subsistência, o que explica a persistência das insurreições e o aumento do banditismo. Esses problemas, somados à reação contra a nova lei de impostos e às “leis de saúde”, que obrigavam o enterro em cemitérios, fizeram despontar a insatisfação popular. O país ainda estava em transição. Novas práticas capitalistas estavam sendo administradas, enquanto algumas instituições e ideias feudais continuavam existindo, gerando descontentamento.

Com isso, surgiu um tumulto no Minho, que logo se estendeu por toda a região. O clero, que se sentia prejudicado pelo fim dos dízimos, apóia as manifestações, colaborando na Maria da Fonte, como ficou conhecida essa revolta de abril e maio de

1846. Nas cidades, a oposição aproveitou para aumentar as críticas ao governo e para pedir a demissão do gabinete. O próprio Costa Cabral surpreende-se:

No discurso da sessão da Câmara dos Deputados de 20 de Abril de 1846 o ministro do Reino, Costa Cabral, referia-se aos acontecimentos da província do Minho como uma “revolução diferente das outras [...] Feita por homens de saco ao ombro, e de foice roçadora na mão para destruir fazendas, assassinar, incendiar a propriedade, roubar os habitantes das terras, que percorre, e lançar fogo aos cartórios, reduzindo a cinzas os arquivos [...]. Onde já se viu uma revolução com este carácter?![...]”. (RIBEIRO, 1998, pg. 96).

O movimento popular da Maria da Fonte fez o que anos de críticas jornalísticas não conseguiram, levou Costa Cabral ao exílio em Madrid em maio de 1846. Com sua saída formou-se um governo progressista, mas que não durou. Seguindo instruções do próprio Costa Cabral, Saldanha dá um golpe militar em outubro de 1846 - a Emboscada - e faz uma remodelação ministerial, assumindo uma administração nos moldes do Cabralismo. A oposição reage com a revolta da Patuleia, continuando a guerra civil.

O governo aumentava a vigilância e temia possíveis atentados da oposição. Os vencidos em 1847 tinham seu ardor revolucionário alimentado pelos movimentos nacionalistas europeus e pela revolução francesa de 1848. Isso gerou um aumento dos focos de insurreição ao longo daquele ano, que procuravam atrair o apoio das massas populares. Mais uma vez criavam-se juntas revolucionárias por todo o país. Intelectuais e políticos encontravam-se no café Marrare de Polimento, no Chiado, em Lisboa, onde se liam textos literários e se discutia a situação política portuguesa, como se pode ver pelas palavras de Bulhão Pato em suas *Memórias*:

O Marrare era o Centro da mocidade e dos homens feitos, em 1848. Passos Manuel – com Oliveira Marreca, Almeida Garrett, José Estevão e Alexandre Herculano, este às segundas e quintas feiras, na volta para a Ajuda, - era certo no Marrare.

[...]

A revolução de 1848 havia rebentado; Nós, os *patuleias*, estávamos alertas, e o partido cabralista de olho atento sobre nós. Fazia bem, como partido adverso, porque nós conspirávamos. Lopes de Mendonça escrevia libelos políticos com letras de fogo. José Estevão falava nas associações secretas. O conde das Antas presidia as reuniões dos rapazes. Soprava-se o fogo sagrado, e o entusiasmo acendia-se.

[...]

Os acontecimentos de França acendiam os ânimos em Portugal. O governo vigiava.

[...]

Os convivas da sala do Marrare levantaram. José Estevão e Antonio d'Oliveira Marreca tiveram de homiziar-se. Alexandre Herculano

encerrou-se na Ajuda. Passos Manuel partiu para sua vivenda do campo.

[...]

Alguns patriotas menos felizes [...] foram parar no Limoeiro. (PATO, 1894, tomo I, pgs. 140-148).

Enquanto o governo de Saldanha perseguia seus opositores, seu partido se desentendia. Para buscar a união cabralista, Saldanha incentiva o retorno de Costa Cabral a Portugal, que reassume o governo em junho de 1849. Contudo, o apoio do exército, e de Saldanha, a Cabral não durará muito. Os dois se desentendem e, logo depois, em abril de 1851, o duque de Saldanha, no Porto, dá um golpe militar para derrubar o governo. É o fim do cabralismo e início da Regeneração.

Onde está Herculano ao longo da ditadura cabralista? Neste breve resumo dos acontecimentos desse período pouco se falou nele, apenas umas referências de Bulhão Pato à sua participação nas reuniões do Marrare e seu posterior encerramento na Ajuda. Ele não quer comprometer-se com o cabralismo, tanto que pede ao rei que use sua influência para evitar que ele ocupe cargos públicos ou receba qualquer mercê honorífica. Seu relacionamento pessoal é com anticabralistas. Entretanto, seu afastamento político é explícito, como na carta ao jornal *A Ilustração*, de 1845, desculpando-se pelo silêncio de suas publicações literárias naquele periódico (estava em meio à publicação de “O Alcaide de Santarém”), afirmando que nada havia de político naquele órgão, apesar do que dizem:

Não leio jornais políticos por duas razões; primeira por falta de tempo, segunda porque não me importa o que vai pelo mundo social. Cheguei a obter a triste tranquilidade do incrédulo político. Apesar porém disso sei, porque me afirmam várias pessoas, que não têm faltado injúrias à *Ilustração*, e creio que até ameaças a alguns dos sujeitos que aí escrevem, em cujo número tenho a honra de contar. (HERCULANO, 1977, tomo I, pg. 48).

Concomitantemente a essa pretensa incredulidade política, Herculano escreverá suas maiores obras literárias. Não se indispondo publicamente com o governo ou o paço, conseguiu paz para produzir durante os tempos agitados da sublevação de Torres Vedras, a Maria da Fonte, as Juntas, a Patuleia, e a intervenção de tropas estrangeiras pedida pela rainha contra as ameaças miguelistas que ela via na oposição ao cabralismo. No *Panorama*, do qual voltou a ser o redator em 1843, publica mais algumas narrativas curtas: “Os Sete Dormentes”, em 1 de abril de 1843; “A Dama Pé de Cabra”, de 2 de setembro a 21 de outubro de 1843; e o “O Pároco de Aldeia”, que aparece pela primeira

vez em setembro de 1843. N'A *Ilustração* saem: “Tipos Portugueses – O Galego: vida, ditos e feitos de Lázaro Thomé”, que começa em abril de 1845 e é interrompido em fevereiro de 1846, sem finalização e “O Alcaide de Santarém (950-961)”, publicadas as duas primeiras partes em 1 de abril de 1845 e as duas últimas em 1846.

Além das narrativas curtas, é durante o cabralismo que saem obras de maior envergadura. *O Bobo*, romance histórico sobre o início da nacionalidade, sai todo no *Panorama* em 1843. *O Monge de Cister*, sobre a época de D. João I, tem os três primeiros capítulos publicados também nesse periódico em 1841, mas só é finalizado em 1848, quando é publicado em dois volumes.

Mais complexo, não apenas na estrutura mas também quanto ao meio de publicação, *Eurico, o Presbítero*, tem trechos publicados na *Revista Universal Lisbonense (RUL)* e no *Panorama*, para só mais tarde sair em volume. Em 22 de setembro de 1842, começa na *RUL* a publicação de capítulos que “pertencem a um episódio da conquista da Espanha pelas Árabes, intitulado Eurico o Presbítero, ou o Último Poeta Gôdo”, apesar de afirmar que por sua extensão não seria possível publicá-lo numa obra periódica. Nessa revista, sob direção de António Feliciano de Castilho na época, até 1 de dezembro, são publicados quatro capítulos do romance, com algumas diferenças em relação à versão posteriormente editada em volume. No ano seguinte, mais uma série de passagens sai com o título de “A Meditação no Promontório”, em 15 de abril de 1843 no *Panorama*, que no volume constitui parte do capítulo IV, enquanto os trechos publicados anteriormente dariam origem aos capítulos IX a XII. Todo o resto permaneceu inédito até dezembro de 1844, quando é publicado pela Typologia da Sociedade dos Conhecimentos Uteis, a mesma que imprimia o *Panorama*.

É também durante os anos do Cabralismo que Herculano publica, na *RUL*, as importantes “Cartas sobre a História de Portugal”, propondo que a época dos descobrimentos é um período de decadência da nação e que a Idade Média seria semelhante em muitos aspectos ao período liberal⁶. Por isso, deveria servir-lhe de exemplo. A partir daí, começa a preparar e editar sua *História de Portugal*, cujo

⁶ Comenta Herculano na “Carta V sobre a História de Portugal”: “O que são as revoluções políticas do nosso tempo? São um protesto contra o renascimento; uma rejeição da unidade absoluta; uma renovação das tentativas para organizar a variedade. Hoje os povos da Europa atam o fio partido das suas tradições da infância e da mocidade. O século XIX é o undécimo do que exclusivamente se pode chamar socialismo moderno. (HERCULANO, *Opúsculos V*, s.d., pg. 144). Conforme Paulo Oliveira, “essa carta é fundamental por ser um importante testemunho do binômio esperança/desistência, chave para entendermos muito da cultura portuguesa que vai da revolução liberal de 1820 às primeiras décadas do século seguinte.” (OLIVEIRA, 2007, pg. 113).

primeiro volume sai em 1846, ano da Maria da Fonte. Desse livro, que deveria servir principalmente para a instrução do príncipe D. Pedro, deveria ser publicado um volume por ano, mas, apesar da neutralidade oficial com o governo, recebeu duras críticas da Igreja, por negar o famoso “Milagre de Ourique”, mito de fundação de Portugal, no qual Jesus Cristo teria aparecido a D. Afonso Henriques para ajudá-lo a vencer a guerra contra os cinco reis mouros. Além das críticas e censura, do púlpito também vinham grosserias. A resposta demorou, mas veio em 1850 com os opúsculos “Eu e o Clero”, em cartas ao redator do jornal *A Nação* e nas “Solemnia Verba”. Herculano rebatia as ofensas acusando-os de ultramontanos e dizendo que essa reação clerical era fortalecida pelo clima do cabralismo e que, quando o atacavam, estavam combatendo o próprio liberalismo.

O ministério de 1849, querendo promulgar a *lei das rolhas*, recuou diante de meia dúzia de assinaturas nossas. O protesto foi lavrado na Ajuda. Lá está o meu nome. (PATO, 1894, tomo I, pgs. 189-190).

A reação contra a “lei das rolhas”, que censurava a imprensa periódica, foi a volta de Herculano às trincheiras políticas. O protesto, que foi publicado em fevereiro de 1850 n’*A Revolução de Setembro*, tem o nome de Herculano encabeçando a lista, seguido imediatamente por Garrett e outros cinquenta e oito intelectuais. Por esse pequeno protesto pode-se perceber o respeito que Alexandre Herculano tinha nas fileiras da oposição e seu poder de reunir os diversos setores da oposição ao Cabralismo. Esse protesto é assinado por homens da esquerda mais radical (setembrista), como Lopes de Mendonça (o quarto a assinar), Latino Coelho, Gomes de Amorim (chamado “Poeta Operário”) e Bulhão Pato. Também por liberais mais centristas (cartistas), como Herculano, contrafeitos com os rumos do liberalismo e com as posições do partido cartista. Contudo, há duas grandes ausências: Rodrigo da Fonseca Magalhães e António Feliciano de Castilho.

A liberdade de pensamento, conquista do liberalismo, sempre foi a principal luta de Herculano, que dela não abria mão. Assim, não é de estranhar que seja esse o motivo que o levou a romper o silêncio contra a ditadura de Costa Cabral. Entretanto, outras polêmicas fazem parte desse período: a questão dos egressos e a da propriedade literária. Os egressos eram os frades desalojados pelo governo liberal. Herculano não achava justo vê-los vagando como mendigos pelos campos e cidades e cobrava que o governo pagasse as pensões exigidas por lei, mas que sempre atrasavam ou eram

menores do que deveriam. O poder dos monges precisava ser eliminado pelo liberalismo, pois era um dos sustentáculos do absolutismo, mas transformá-los em “cadáveres vivos”, nas palavras de Herculano, era ser desumano. Defender os frades num período de reação clerical, como foi o cabralismo, pode parecer antagônico. Porém, ele não lutava pelo poder clerical, tanto que ainda sofreu com ataques vindos do altar, mas pela dignidade humana e pelo respeito que supunha devidos sempre à pessoa humana. Além disso, mostrar publicamente que o governo deixava alguns religiosos à míngua poderia ser uma estratégia para desestabilizar o apoio que a igreja e o cabralismo davam-se mutuamente. Afinal, como indica Garrett no prefácio ao *Arco de Sant’Ana*, de 1844, sobre “a mais perigosa e perniciosa de todas as oligarquias, a eclesiástica” (pg. xvii), se poucos anos antes era impolítico e não generoso lembrar a história de D. Pedro, o Cru, açoitando um mau bispo, naquele momento era conveniente recordar como “povos e reis se uniram para debelar a aristocracia sacerdotal e feudal” (pg. xix). Afinal,

De repente, em dous anos, a oligarquia eclesiástica levantou a cabeça. Pode-se dizer deles o que em mui diverso sentido dizia o eloquente panegerista dos primitivos cristãos: São de *ontem* e já invadem tudo, o palácio, a cúria, o conselho do príncipe e as assembleias da nação. Já pretendem com uma exigência, já dispõem com uma arrogância!... Já, na imaginação, atijam as fogueiras do Rocio, e benzem a corda das forcas do campo de Sant’Ana. E enquanto não chega esse dia de glória e de bênção, vão aconselhando e aprovando quanta crueldade e perseguição podem contra os liberais, contra os mesmos que suscitaram e dirigiram essa reação de opinião *sem a qual* nem reis nem papas lhes faziam suster nas mãos o báculo e a púrpura nos ombros. (GARRETT, s.d., pg. XVIII).

Lembrando assim como a igreja católica portuguesa voltava a crescer em poder político, vinculada ao governo.

IV – O Historiador do Rei

Apesar de aparentemente distante das discussões políticas por não publicar nesse período em periódicos com atividade política clara e nem se envolver diretamente em polêmicas com o governo, Herculano atuou firmemente na preparação do novo regime. A Regeneração, como ficou conhecido o período entre a queda de Costa Cabral, em 1851, e a Janeirinha, em 1868, foi inicialmente discutida e acertada na casa de Alexandre Herculano na Ajuda. Nessas reuniões não participavam apenas os membros

da oposição, mas figuras que, até pouco tempo, eram do governo, como o próprio Saldanha:

Na primavera de 1851, os sábados estavam ainda pouco concorridos. Os convivas, sem contar commigo, que era de casa, não passavam de quatro ou cinco – A. d'Oliveira Marreca, A. de Mello Cesar de Menezes – atual marquê de Sabugosa, - Rebello da Silva, Julio Caldas Aulete, e Rodrigo Felner.

Nos primeiros dias de abril principiou a aparecer outro conviva. Vinha cedo, almoçava e jantava. Ficava só com o mestre, e falavam, às vezes, largas horas.

Era um homem alto, imponente; cabeça leonina, aureolada de cabelos prateados; fisionomia formosa, olhos belíssimos, que faiscavam através das lentes; andar cadenciado e marcial. Distinto na estatura, no rosto, nos ademanes, na voz, na palavra; distinto em tudo!

Este homem era o marechal, duque de Saldanha.

A Regeneração, nos seus pródromos, palpitou na casa da Ajuda. (PATO, 1894, tomo I, pgs. 198-199)

Além de ajudar a preparar o golpe, Herculano adverte Saldanha sobre a melhor forma de ir do Porto a Lisboa, em maio daquele ano. Ele teme pela vida do marechal por causa da reação que ele teria na capital. A pasta do Reino é oferecida seguidamente por Saldanha a Herculano, que a recusa sempre. Entretanto, alguns de seus amigos são indicados para o ministério, mas esse governo não dura muito e em julho eles pedem demissão. A principal barreira aos projetos dos amigos de Herculano de depuração do funcionalismo comprometido com crimes da situação cabralina era o próprio Saldanha. (SARAIVA, 1977, pg. 21). Assim, a pasta do Reino coube ao antigo ordeiro Rodrigo da Fonseca Magalhães, que, juntamente com Fontes Pereira de Melo, marca essa administração. Desiludido pela luta de poder e a forma como sua sonhada regeneração da pátria se desfaz, ao perceber que os mesmos grupos políticos e ideias são mantidos, Herculano parte logo para a oposição ao governo, junto com os setembristas afastados do poder que ajudaram a conquistar. Lança, juntamente com Andrade Corvo, Marquês de Nisa, Bulhão Pato, e outros, um jornal antirrodriquista, *O País*, em julho de 1851. Numa polêmica com o jornal *A Nação*, defende a legislação de Mouzinho da Silveira.

A grande discussão dos governos anteriores, a questão constitucional, mantém-se, e à Carta de 1826 é criado um Ato Adicional em 1852 para reformá-la. Os grupos políticos dividem-se sobre esse Ato, que pôs de um lado os regeneradores ditos progressistas e do outro os ditos históricos. A Regeneração (com os ditos progressistas) defendia o desenvolvimento econômico a qualquer custo e a centralização política.

Uma grande divergência entre os progressistas e os históricos encontra em Herculano seu maior arauto. Escrevendo no jornal *O Português*, Herculano defende o municipalismo, uma política descentralizadora através do qual as decisões deveriam ser tomadas ao nível local e com representação nacional como uma federação de municípios. Isso era justamente o oposto do que pensava o governo, que entendia que a centralização administrativa é essencial para atingir a riqueza, a prosperidade e o desenvolvimento industrial, além de ser a base da coesão nacional. (RIBEIRO, 1998b, pg. 102). Os históricos chamavam-se assim para significar a fidelidade à tradição antiga do setembrismo, afastando-se dos progressistas regeneradores que se aliaram a antigos cartistas como Rodrigo e Fontes, acentuando a mudança de aptidões políticas entre alguns intelectuais portugueses. Setembristas mais radicais como Sampaio, Lopes de Mendonça⁷ e José Estevão estavam aliados a cartistas pelo progresso, enquanto Herculano, que atacara a revolução de setembro com *A Voz do Profeta*, unia-se a setembristas por seus princípios.

A política da regeneração, com dezessete anos sem revoltas ou pronunciamentos, serviu para consolidar as bases administrativas do país. Houve a aprovação do Código Administrativo e do Código Civil em 1867, inclusive com a abolição da pena de morte e a instituição do casamento civil, defendido por Herculano. Os regeneradores queriam, sobretudo, desenvolver a agricultura para que ela fomentasse a industrialização, o que não ocorreu, retardando a própria dinâmica capitalista. Essa preferência pelo desenvolvimento da agricultura é uma das marcas do pensamento português do século XIX, e típico do Romantismo⁸.

Também Herculano, em carta a Garrett em 1851, confessara ser seu mais íntimo desejo ver-se “entre quatro serras, com algumas geiras de terra próprias, umas botas grossas e um chapéu de Braga, belo ideal de todas as minhas ambições mundanas” (HERCULANO, *Cartas* II, s.d., pg. 22). Aliás, esse desejo foi realizado. Segundo Vitorino Nemésio (“O Lavrador”, s.d., pgs. VIII—XVIII), Herculano, muito antes da ida para Vale de Lobos, no fim da década de 1840, dedicou-se à pecuária e à lavoura. A relação com a agricultura, a ideia de ser feliz no campo, é reflexo do ideal dezenovesco

⁷ A. P. Lopes de Mendonça manteve sua oposição à Regeneração até 1853, apóia-a de 1853 a 1856, e volta à oposição quando vão ao poder os históricos (DAVID, 2007b, pg. 190).

⁸ “Posto o mal-estar, muitas vezes a própria vida urbana será percebida como feia, suja, decadente e viciosa, fazendo ressurgir o velho tema da vida no campo, em contato com a natureza, como a verdadeira boa vida humana”. (BUENO, 2002, pg.129).

da relação que o homem deveria ter com a natureza e da preferência romântica pela vida campestre, que Herculano encarna bem na novela do *Pároco de Aldeia*.

Sem publicações literárias nesse período, apenas reúne, em 1851, algumas narrativas para publicar com o título de *Lendas e Narrativas*. Entretanto, para atacar a reação clerical, publica o primeiro volume da *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal*, em 1853, e termina-a em 1859, atrasando a publicação da *História de Portugal*.

O País acabou ainda em 1851, mas o grupo oposicionista decide criar um novo jornal, *O Português*, em 1853, encarregando Herculano de seu programa e de redigir seu primeiro artigo, que expõe a orientação política do jornal. Seus artigos nesses jornais não são assinados, porque se considera corresponsável por tudo quanto se escreve neles. N' *O Português* dedica-se à polêmica sobre os caminhos de ferro contra Lopes de Mendonça e é nele que saem relatórios sobre sua viagem de inspeção aos arquivos do país, cujos apontamentos foram posteriormente publicados juntamente com as *Cenas de um ano de minha vida*, além da petição a favor das freiras de Lorvão, repetindo a polêmica dos egressos. As freiras continuavam no mosteiro, mas sem os rendimentos, que lhes foram tirados pelo regime liberal, e já velhas para o trabalho. Era mais um ataque à desumanidade do governo. Sua atuação política no jornal é marcada pela ampla defesa da descentralização da administração pública, valorizando-se os municípios, que, segundo ele, eram a unidade administrativa tradicional em Portugal. Por fim, Rodrigo da Fonseca Magalhães indica para guarda-mor da Torre do Tombo, em 1856, um inimigo pessoal de Herculano, o que o obriga a se afastar de seu lugar de pesquisas históricas. Então, sua atividade de historiador passou para segundo plano. Apesar disso, em sua viagem pelas províncias no Norte e na Beira, recolhe os arquivos existentes nos mosteiros e os manda transladar para a Torre do Tombo, onde ficariam em melhor estado e segurança, para que se não perdessem. Nessa viagem percebe sua popularidade pelo interior do país, mas é mais uma vez atacado pelo clero, que cobra do rei o fim da transferência de documentos.

Ainda contra o clero, Herculano ataca, em 1857, a Concordata com a Santa Sé, na qual eram negociados antigos direitos de padroado da Coroa Portuguesa na Índia. Apesar de pedir apoio para as velhas freiras de Lorvão, é um dos condutores da campanha contra a introdução das Irmãs de Caridade, chegando a participar dos comícios de 1858. Sua proposta era a da criação de uma associação laica destinada a substituir as irmãs de caridade.

Em 1859 é eleito deputado mais uma vez, agora pelo círculo de Sintra, cargo que recusa, aproveitando para mais uma vez atacar a centralização. Sua ligação com o governo só volta em 1860, quando o partido histórico está no poder, para ajudar na elaboração do novo código civil, no qual é introduzido o casamento civil, por sua iniciativa. Esse código, que se torna conhecido do público em 1865, que contradiz a encíclica *Quanta Cura*, do mesmo ano, gera uma nova polémica, vendo-se ele obrigado a defender publicamente o casamento civil num país oficialmente católico, numa carta ao diretor do *Jornal do Commercio*, saindo do que ele chamou “abstenção política”, onde estava “alheio e indiferente há muito a todos os debates políticos”:

Faz o favor de me dizer onde é a diocese do estado, qual é a sua freguesia? O estado não se batiza, não ouve missa, não se confessa, não vai depois da morte (os estados também morrem) para o céu ou para o inferno. Em tal sentido, a expressão *religião do estado* seria um despropósito. Se, porém, aquelas palavras significassem que a constituição do reino não consentia que nenhum súdito português deixasse de ser católico, o artigo 6.º da Carta restabeleceria a inquisição; inquisição sem a polé e o potro; inquisição civilizada, culta, perfumada, substituindo o trato moral ao trato físico; mas inquisição na sua índole e efeitos, porque a inquisição nada mais é do que a intolerância organizada e regularizada. (HERCULANO, *Estudos sobre o Casamento Civil*, s.d., pg. 270).

Os artigos e opúsculo de Herculano sobre o casamento civil, de combate à reação ultramontana, são publicados em 1865 e, logo a seguir, postos no *Index*.

V – O Lobo do Vale

Quando eu tinha 25 anos cultivava flores e fazia versos; depois dos 35 anos fabrico manteiga e faço prosa. Passados os 50 provavelmente não farei nem uma coisa nem outra. Serei talvez um avaro ou um caturra. (HERCULANO apud PATO, 1907, tomo III, pgs. 249-250).

Assim falava Herculano em 3 de março de 1849 ao seu amigo Bulhão Pato, mostrando como tinha sido sua vida até então e fazendo prognósticos. Teria o profeta acertado? Ele comprou uma quinta em Vale de Lobos em 1859, e mudou-se definitivamente para lá em 1866, onde veio a falecer. Lá em Santarém ele tentou afastar-se da vida pública, escrevendo menos, dedicando-se apenas ao cultivo da azeitona e fabrico do azeite e a revisar sua obra para publicação em volumes. Chegou a recusar o convite de D. Pedro V para reger uma cadeira no Curso Superior de Letras, em 1860. O rei D. Pedro V, que herdou do pai as boas relações com Herculano, foi por este

educado e fazia visitas frequentes à sua casa na Ajuda (PATO, 1894). Por isso, pretendia nomeá-lo Par do Reino e condecorá-lo com a ordem de Torre e Espada. Herculano recusou as duas honrarias.

Apesar do exílio voluntário em Vale de Lobos, reclamando do excesso de trabalho que a extensa correspondência lhe dava, dedicado à vida de agricultor e a coligir seus artigos para publicação em volume, o liberalismo não se afastava dele, conforme indica António José Saraiva⁹:

Mantém uma crescente e intensa correspondência com os amigos e com numerosos jovens. Pensadores como Oliveira Martins e Antero, artistas de ficção como Pedro Ivo e Júlio Diniz, eruditos como Teixeira de Aragão, directores de almanaques como Guiomar Torresão, divulgadores como Pinheiro Chagas, místicos como Barros Gomes, oferecem a Herculano os seus livros e pedem opiniões. Oliveira Martins envia-lhe questionários para ele responder. Vale de Lobos torna-se uma espécie de Meca do liberalismo português: ali acorrem jovens e velhos, republicanos como José Fontana e Oliveira Martins, e graves figuras ministeriais como Casal Ribeiro ou António de Serpa, personagens consideráveis como o embaixador espanhol Fernando de los Rios ou o Imperador do Brasil. (SARAIVA, 1977, pg.26).

Na década de 1870 continua a dirigir a publicação dos *Portugaliae Monumenta Histórica*, volta a escrever a *História de Portugal*, que pretendia continuar em 1875 (SARAIVA, 1977) e mantém uma polémica com o historiador espanhol Cardenas. Além disso, encontra tempo para traduzir trechos do *Orlando Furioso*, de Ariosto, para publicar no *Almanaque de Senhoras*, em 1872. Ainda lê o discurso de Antero nas Conferências de Casino, critica sua supressão (por o governo não ter sido imparcial) e critica o próprio Antero:

Quisera eu que o S. Antero de Quental conhecesse melhor a doutrina e a tradição verdadeiramente católicas, porque havia de ser menos injusto com o catolicismo, embora não fosse menos severo, ou talvez o fosse ainda mais, com os padres. (HERCULANO, *Opúsculos I*, s.d., pg. 252).

⁹ “Apesar de todas as mudanças que efetivamente ocorreram, muitos também foram aqueles que, acreditando que seus esforços haviam falhado, acabaram por amargamente concluir que sua luta fora em vão, que suas tentativas haviam abortado. Certamente, o exemplo matricial de Herculano – que se retirou para a quinta de Val de Lobos após o que para ele fora o fracasso da Regeneração, que tão amorosamente ajudara a engendrar – foi fundamental para todas as gerações posteriores.” (OLIVEIRA, 2007, pg. 113).

No fim da vida, desiludido com a política, o governo, as letras, e tudo o mais, - “isto dá vontade de a gente morrer”¹⁰, dizia ele -, duas forças ainda lhe restavam: lutar pela liberdade de pensamento e lutar contra a mentalidade retrógrada de larga fatia do clero.

Sua caturrice prognosticada na carta a Bulhão Pato e dita por muitos quando Rodrigo da Fonseca Magalhães assumiu o ministério da Regeneração, como se a tudo e todos maldissesse, representa o fim da esperança, como na última estrofe de suas “Tristezas do Desterro”:

Mas quando se ergue um muro intransitável
Entre nós e a ventura; quando ao longe
Pelos campos da vida tudo é pálido,
E perece a esperança, então a mente
Recua com horror, e dando em terra,
Maldiz-se a si e a Providência e o mundo.
(HERCULANO, *Poesias*, s.d., pg. 136)

Em 1877, retribuindo em Lisboa uma visita ao imperador do Brasil, D. Pedro II, pegou uma pneumonia e morreu em 13 de setembro.

VI – Vida Política

Este relato tentou resumir o caldeirão em que fervilhavam ideias e jogos de poder no século XIX em Portugal. Por ele pode-se ver que Herculano passou a maior parte de sua vida na oposição: foi o exílio na juventude e a guerra civil; depois a reação à Revolução de Setembro; o “eremitério da Ajuda” e o Marrare, onde se reunia a oposição ao cabralismo; *O País* e *O Português* contra o governo da Regeneração (que ajudara a alçar ao poder); as lutas contra Rodrigo da Fonseca Magalhães; e o exílio voluntário como agricultor em Vale de Lobos. Afinal, as mudanças, revoltas, golpes, tumultos, contra-golpes, etc. eram comuns naquela época e algumas pessoas pareciam querer estar sempre no poder, não se importando com convicções políticas.

Pela parte biográfica deste trabalho pode-se perceber que não interessavam a Herculano honrarias, títulos e cargos, mas paz de consciência e liberdade para trabalhar. O destino do país estava em jogo, uma nova sociedade surgia com o fim do absolutismo

¹⁰ Sobre esta fala, Oliveira Martins escreveu: “*Isto* deviam ser muitas coisas: a Liberdade naufragada, a vida vivida em vão, a Pátria miserável, os homens cada vez mais rasos! Ele foi o último dos que possuíram alma bastante para protestar, para acusar”. (MARTINS, 1981, pg. 300).

que assombrara e assustava, e não era aceitável, para ele, conciliar apenas parte de suas ideias com outras que ele considerava abomináveis.

Apesar de não se considerar democrata, pelo peso republicano que essa palavra detinha na época, e longe de ser comunista, pensamento ilusório e injusto em sua opinião por ser ele um defensor do direito à propriedade, defendeu o povo no que achava que deveria fazê-lo: lutando pela instrução, pela educação através da arte e da imprensa, pela liberdade de pensamento, direito à propriedade, e, mais do que tudo, contra a extorsão e corrupção dos governos e dos capitalistas que depredavam o país, vendiam a nação, e seguiam as ilusões do progresso.

O cristianismo era a fonte da moral que, ao seu modo de ver, deveria levar à civilização, contra a barbárie. Mas era anticlerical e antiultramontano, por associar aos dogmas da igreja e ao poder do clero uma afronta à liberdade. A tradição do país e de certo catolicismo ilustrado deveria ser mantida, ou se perderia a identidade nacional. O que era tradicional (e que tinha, portanto, raízes na história portuguesa) para ele era a monarquia constitucional. A Idade Média portuguesa era defendida por ele por o rei estar em vários momentos ligados ao povo para conter o poderio dos nobres, por haver reunião de Cortes para definir os caminhos que o país deveria seguir, pelos forais que davam certa liberdade administrativa aos municípios. Além disso, o catolicismo defendido é aquele que prega a união, inclusive com os inimigos, a vida comunitária, e com suas leis derivadas de concílios, em que o Papa não tinha poder absoluto. O maior problema moral, para ele, é a falta de patriotismo e, por isso, a decadência assola a nação. Esse tema é latente em grande parte de sua produção. Os poderosos e os “agiotas” vendem a pátria, mesmo mal que ele vê, na “Carta V sobre a História de Portugal” e na perda da independência no século XVI, quando Filipe II reinava em toda a Península:

enfim a glória prostitue-se à traição: a nacionalidade é levada ao mercado das ambições de estrangeiros: um homem ilustre cospe na face da pátria, expira contando os sacos de ouro que lhe valeu sua perfídia, e a nação dissolve-se como um cadáver gangrenado. (HERCULANO, *Opúsculos V*, s.d., pg. 137).

O estudo da História era a forma pela qual deveria retirar das trevas do esquecimento, escondidos em velhos arquivos, a luz e o ensinamento do viver de outros tempos, para lembrar aos portugueses que já foram grandes, não nas navegações, mas quando eram livres. Os monumentos remeteriam às lutas pela liberdade e

independência. Também para lembrá-los de perseguições e controle. O correto era difundi-los, por isso a publicação da *História de Portugal*, da *História da Inquisição em Portugal* e dos *Portugalia Monumenta Historica*. O terceiro estado era parte da História e suas lutas e revoluções, seu sofrimento nas batalhas, sua guerra contra a tirania, deveriam ser mostrados no lugar dos “milagres” que indicavam um poder divino e absoluto ao monarca. O povo, àquele tempo mergulhado em miséria e analfabetismo, é massa de manobra e precisa ser educado e defendido.

Apesar da dificuldade de entender o pensamento de um intelectual tão complexo e multifacetado como Alexandre Herculano, que se envolvia em várias polêmicas, ainda mais no conturbado período em que viveu, foi essa a tentativa deste estudo. A leitura de textos históricos modernos ou do século XIX, aliada ao estudo de artigos e opúsculos do próprio Herculano, pode ajudar a dar uma ideia mais clara do que se passava naquela época e quais eram as lutas dos intelectuais e políticos de então. Contudo, isso nunca ficará completamente transparente, tanto pela diversidade de assuntos levantados, quanto pelos sutis interesses que movem a cena política àquela época, e, claro, pela dificuldade de se compreenderem as lutas das gerações liberais com os olhos de hoje. No entanto, não deixa de ser fascinante observar o empenho de tantos homens na defesa e tentativa de colocar em prática suas ideias, suas soluções para o país, em prol de uma sociedade mais democrática, mais justa e com mais liberdade.

BIBLIOGRAFIA

BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito de História”. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRAGA, Teófilo. *História da Literatura Portuguesa – V – O Romantismo*. Mem Martins: Publicações Europa-América, s.d.

BUENO, André. “As paixões inúteis: Revoltas românticas contra o capitalismo”. In: *Formas da Crise: Estudos de Literatura, cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: Graphia, 2002.

DAVID, Sérgio Nazar. ““Ao Conservatório Real” e *Frei Luís de Sousa* no conjunto da obra madura de Garrett (1843-1854)”. In: NEVES, Lúcia Maria; OLIVEIRA, Paulo Motta; DAVID, Sérgio Nazar; FERREIRA, Tânia Maria.(Orgs.) *Literatura, história e política em Portugal (1820-1856)*, Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

DAVID, Sérgio Nazar. “A. P. Lopes de Mendonça e o jornal *A Revolução de Setembro*”. In: NEVES, Lúcia Maria; OLIVEIRA, Paulo Motta; DAVID, Sérgio Nazar; FERREIRA, Tânia Maria.(Orgs.) *Literatura, história e política em Portugal (1820-1856)*, Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007b.

GARRETT, Almeida. *O Arco de Sant’Ana: Crónica Portuense – Manuscrito achado no convento dos Grilos no Pôrto por um soldado do Corpo Académico*. Porto: Livraria Chardron, de Lélo & Irmão, s.d.

HERCULANO, Alexandre. *A Harpa do Crente. Tentativas Poeticas pelo auctor da Voz do Propheta*. Primeira Série. Lisboa: Typ. da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, 1838.

_____. *Cartas de A. Herculano. Tomo I*. 4ª Ed. Amadora: Bertrand, s.d.

_____. *Cartas de A. Herculano. Tomo II*. 5ª Ed. Amadora: Bertrand, s.d.

_____. “Cartas sobre a História de Portugal”. in: *Opúsculos*. Tomo V – Controvérsias e Estudos Históricos (Tomo II). Amadora: Bertrand, s.d.

_____. *Estudos sobre o Casamento Civil: por ocasião do Opúsculo do Sr. Visconde de Seabra sobre este assunto*. 6ª Ed. Amadora: Bertrand, s.d.

_____. *Eurico, o Presbítero*. 41ª Ed. Amadora: Bertrand, s.d.

_____. *História de Portugal: desde o começo da monarquia até o fim do Reinado de Afonso III* (Tomo I). 9ª Ed. Amadora: Bertrand, s.d.

- _____. *Lendas e Narrativas* (2Vols). 28ª Ed. Amadora: Bertrand, s.d.
- _____. *Lendas e Narrativas* (2Vols). Edição revista por Vitorino Nemésio e anotada por António C. Lucas. Amadora: Bertrand, 1970.
- _____. *O Bobo*. 24 Ed. Amadora: Bertrand, s.d.
- _____. *O Fronteiro D'África ou Três Noites Asiágas: drama histórico português em três actos*. Rio de Janeiro: Revista de Língua Portuguesa, 1925.
- _____. *O Monge de Cister, ou a Época de D. João I*. (2Vols). 23ª Ed. Amadora: Bertrand, s.d.
- _____. “O País” e “A Nação” (Artigos publicados no jornal “O País”). in: *Opúsculos. Tomo VII – Questões Públicas (Tomo IV)*. 3ª Ed. Amadora: Bertrand, s.d.
- _____. *O Pároco de Aldeia – O Galego: Vida, ditos e feitos de Lázaro Tomé*. Prefácio e Revisão de Vitorino Nemésio. Amadora: Bertrand, 1969.
- _____. *Opúsculos I*. 7ª Ed. Amadora: Bertrand, s.d.
- _____. *Opúsculos V*. 5ª Ed. Amadora: Bertrand, s.d.
- _____. *Opúsculos IX*. 3ª Ed. Amadora: Bertrand, s.d.
- _____. “Poesia -Belo - Unidade”. in: *Opúsculos. Tomo IX – Literatura (Tomo I)*. Amadora: Bertrand, s.d.
- _____. *Poesias*. 14ª Edição definitiva conforme com as edições da vida do autor, dirigida por David Lopes. Amadora: Bertrand, s.d.
- _____. “Qual é o estado da nossa literatura? Qual é o trilho que ela hoje tem a seguir?”. in: *Opúsculos. Tomo IX – Literatura (Tomo I)*. Amadora: Bertrand, s.d.
- _____. *Scenas de um Anno da Minha Vida: Poesia e Meditação*. 3ª Ed. Amadora: Bertrand, s.d.
- MARTINS, Oliveira. *Portugal Contemporâneo*, vol. II. Porto: Lello & Irmão, 1981.
- MONTEIRO, Ofélia M. C. P. “Um conto desconhecido de Herculano: ‘Destruição de Áuria’”. In: *Biblos*, vol. XLI. Coimbra: 1973.
- NEMÉSIO, Vitorino. “O Lavrador”. in: HERCULANO, Alexandre. *Cartas de Vale de Lobos. 5º Vol. das Cartas*. Prefaciadas e Anotadas por Vitorino Nemésio. Amadora: Bertrand, s.d.

OLIVEIRA, Paulo Motta. “Alexandre Herculano e a geração de 70”. In: NEVES, Lúcia Maria; OLIVEIRA, Paulo Motta; DAVID, Sérgio Nazar; FERREIRA, Tânia Maria.(Orgs.) *Literatura, história e política em Portugal (1820-1856)*, Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

PATO, Bulhão. *Memorias: Scenas de Infancia e Homens de Lettras*. Tomo I. Lisboa: Typographia da Academia Real de Sciencias, 1894.

PATO, Bulhão. *Memorias: Quadrinhos de outras epochas*. Tomo III. Lisboa: Typographia da Academia Real de Sciencias, 1907.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. “A Restauração da Carta Constitucional: Cabralismo e Anticabralismo”. In: MATTOSO, José. *História de Portugal, vol. 5 – O Liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. “A Regeneração e seu Significado”. In: MATTOSO, José. *História de Portugal, vol. 5 – O Liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998b.

SARAIVA, António José. *Herculano e o Liberalismo em Portugal*. Amadora: Bertrand, 1977.

SILVA, António Martins. “A Vitória Definitiva do Liberalismo e a Instabilidade Constitucional: Cartismo, Setembrismo e Cabralismo”. In: MATTOSO, José. *História de Portugal, vol. 5 – O Liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

PERIÓDICOS

O Panorama: Semanário Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis. Vol. 2º. Série 2ª. Lisboa: Typografia da Sociedade, 1843.

Revista Universal Lisbonense: jornal dos interesses physicos, moraes e litterarios por uma sociedade estudiosa, Vol. 2º. Série 1ª. Lisboa: Imprensa Nacional, 1842.

Revista Universal Lisbonense: jornal dos interesses physicos, moraes e litterarios por uma sociedade estudiosa, Vol. 2º. Série 3ª. Lisboa: Imprensa Nacional, 1843.